

**HABEAS CORPUS Nº 492.900 - ES (2019/0039572-3)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : PAULO ROBERTO WOLFGRAMM**  
**ADVOGADO : PAULO ROBERTO WOLFGRAMM - ES028531**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PACIENTE : ANDRIEL DE LIMA (PRESO)**  
**PACIENTE : ADRIANO DE LIMA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANDRIEL DE LIMA e ADRIANO DE LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo proferido no *Habeas Corpus* n.º 0027733-15.2018.8.08.0000.

Consta dos autos que os Pacientes foram presos preventivamente, em 17/05/2018, por supostamente terem cometido os delitos descritos nos arts. 33, 35 e 40, todos da Lei n.º 11.343/2006. Com os autuados, foram apreendidos "**42 duas buchas de maconha prontas para a venda, 42 papalotes de cocaína, 108 pedras de crack, 3 buchas grandes de maconha, um pote de ácido bórico e um litro contendo clorofórmio**" (fl. 49; sem grifos no original).

Irresignada com a prisão preventiva dos Pacientes, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, conforme a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS . ART. 33 E 35 C/C ART. 40, III, DA LEI Nº 11.343/06. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS INIDÔNEOS. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Não há constrangimento ilegal se a prisão preventiva está devidamente fundamentada na necessidade para garantia da ordem pública, tendo em vista a quantidade e variedade das drogas apreendidas, demonstrando tratar-se de pessoas profundamente envolvidas no tráfico, evidenciando alto potencial de reiteração delitiva, o que também se extrai dos trechos de declarações de testemunhas.

2. Caso em que a medida extrema se justifica para acautelar a paz social, na medida em que os dados revelam que a organização criminosa composta pelos pacientes teria sido responsável por um homicídio praticado no centro de Laranja da Terra. Finalidade de interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. Jurisprudência.

3. O argumento de excesso de prazo, deve ser confrontado com um juízo de razoabilidade para definir quando haverá excesso de prazo

*na manutenção da prisão cautelar. No caso, o feito é aparentemente complexo, contendo 12 denunciados, tendo sido arroladas 11 testemunhas pelo Ministério Público, e o tempo andamento do processo se mostra aceitável, considerando tais circunstâncias, tendo a autoridade coatora comunicado a designação de audiência para o dia 11/12/2018.*

*4. Habeas Corpus denegado."*

Neste writ, alega o Impetrante, em suma, que os Pacientes sofrem constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação concreta das prisões preventivas.

Aduz, ainda, que há excesso de prazo na manutenção da custódia dos Pacientes.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação das prisões ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida, mormente diante do que consignou o Juízo processante (fls. 49-53; sem grifos no original):

*"A prisão fundamentada na garantia da ordem pública visa acautelar a paz social.*

*No caso específico dos autos, a Polícia Civil e a Polícia Militar receberam informações dando conta de que os denunciados formam uma quadrilha de traficantes que além de promoverem o tráfico de drogas na região também praticavam outros crimes, como por exemplo o homicídio ocorrido no centro desta cidade no dia 10/05/2018, fatos estes que segundo a Autoridade Policial, restaram confirmados no decorrer das investigações.*

*A considerável quantidade, a natureza e a variedade das substâncias entorpecentes apreendidas no cumprimento dos mandados de busca e apreensão expedidos por este Juízo (auto de apreensão de fl. 152 - 42 duas buchas de maconha prontas para a venda, 42 papелotes de cocaína, 108 pedras de crack, 3 buchas grandes de maconha, um pote de ácido bórico e um litro contendo clorofórmio, substâncias estas comumente utilizado por traficantes para o preparo da droga), as denúncias existentes em desfavor dos denunciados dando conta do envolvimento dos mesmos no tráfico de drogas e outros delitos*

*praticados nesta comarca (como por exemplo o homicídio que vitimou Djair Brum da Silva Júnior no centro de Laranja da Terra), demonstram a gravidade concreta das condutas supostamente praticadas, o que justifica, por via de consequência, a manutenção da constrição cautelar para a garantia da ordem pública.*

*Por fim, vale ressaltar que eventuais condições favoráveis dos agentes, de per si, não são suficientes para embasar soltura dos denunciados e, sobre este tema, assim é a jurisprudência:*

*[...]*

*Se mostra presente a necessidade concreta da custódia cautelar dos denunciados GLEIDSON MUNIZ DOS SANTOS ('Ninho'), HALISSON DA ROCHA ZAMBOM ('Tuite'), MARCELO RODRIGUES DIAS ('foguinho'), FABIANO KUSTER, WADYMAN DIAS SOARES ('Bolinho'), ADRIANO DE LIMA ('Gordinho') e ANDRIEL DE LIMA ('Tanquinho'), para garantir a ordem pública, sendo que as medidas cautelares alternativas à prisão, introduzidas pela Lei n.º 12.403/2011, não se mostram suficientes e adequadas ao caso, tendo em vista a gravidade concreta da conduta e a periculosidade social dos investigados, esta última demonstrada pelo fato de que os populares da região espontaneamente procuraram as autoridades policiais para relatar a ocorrência e participação dos denunciados no tráfico de drogas nesta comarca, e ainda pelo fato de que algumas testemunhas somente resolveram colaborar com as investigações depois da efetivação da prisão temporária dos investigados, temendo sofrer retaliações.*

*Destarte, a instrução processual ainda não se encerrou, pelo que ainda resta pendente a oitiva da testemunha Sandrini Mariano, e conforme narrado pela Autoridade Policial e apurado em instrução judicial, os denunciados causam extremo temor em testemunhas que estariam dispostas a relatar os crimes supostamente praticados pelos mesmos, sendo a medida pleiteada pelo MPES (manutenção da prisão preventiva) imprescindível para a conveniência da instrução criminal (neste sentido a manifestação das testemunhas inquiridas às fls. 183/194 no sentido de que não gostaria de estar na presença dos investigados no fórum, bem como solicitando o extremo sigilo dos depoimentos prestados, e o depoimento prestado por Sandro Mariano em Juízo relatando que sua irmã, e também testemunha Sandrini Mariano, saiu da cidade em razão de ameaça dos acusados).*

*[...]*

*Ademais, toda a droga apreendida na operação 'choque de ordem' realizada pela Polícia Civil em conjunto com a Polícia Militar (auto de apreensão de fl. 152 - 42 duas buchas de maconha prontas para a venda, 42 papелotes de cocaína, 108 pedras de crack, 3 buchas grandes de maconha, um pote de ácido bórico e um litro contendo clorofórmio, substâncias estas comumente utilizado por traficantes para o preparo da droga) foi achada em poder dos denunciados ADRIANO DE LIMA ('Gordinho') e ANDRIEL DE LIMA ('Tanquinho'), sendo que em razão da quantidade, variedade e modo em que foram encontradas, existem indícios razoáveis da traficância.*

*Isto posto, tendo em vista a existência de indícios razoáveis de autoria e materialidade, bem como a imprescindibilidade da constrição preventiva por conveniência da instrução criminal e para a garantia da ordem pública, MANTENHO O DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA EM FACE DE GLEIDSON MUNIZ DOS SANTOS ('Ninho'), HALISSON DA ROCHA ZAMBOM ('Tuite'), MARCELO RODRIGUES DIAS ('foguinho'), FABIANO KUSTER, WADYMAN DIAS SOARES ('Bolinho'), ADRIANO DE LIMA ('Gordinho') e ANDRIEL DE LIMA ('Tanquinho'), visando garantir a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, nos termos do art. 311, 312 e 313, inc. I, todos do Código de Processo Penal.*

[...]

*Dispositivo*

*Isto posto, tendo em vista a existência de indícios razoáveis de autoria e materialidade, bem como a imprescindibilidade da constrição preventiva por conveniência da instrução criminal e para a garantia da ordem pública, MANTENHO O DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA EM FACE DE 'GLEIDSON MUNIZ DOS SANTOS ('Ninho'), HALISSON DA ROCHA ZAMBOM ('Tuite'), MARCELO RODRIGUES DIAS ('foguinho'), FABIANO KUSTER, WADYMAN DIAS SOARES ('Bolinho'), ADRIANO DE LIMA ('Gordinho') e ANDRIEL DE LIMA ('Tanquinho'), visando garantir a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, nos termos do art. 311, 312 e 313, inc. I, todos do Código de Processo Penal."*

*Ademais, salientou a Corte de origem que "a prisão está devidamente fundamentada na necessidade para garantia da ordem pública, tendo em vista a quantidade e variedade das drogas apreendidas, demonstrando tratar-se de pessoas profundamente envolvidas no tráfico, evidenciando alto potencial de reiteração delitiva, o que também se extrai dos trechos de declarações de testemunhas, constantes na Decisão de fls. 81/85"; que "a medida extrema se justifica para acautelar a paz social, na medida em que os dados revelam que a organização criminosa composta pelos pacientes teria sido responsável por um homicídio praticado no centro de Laranja da Terra" (fl. 57; sem grifos no original) ; que "a prisão preventiva se sustenta com a finalidade de interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa"; e que "[n]o caso, observa-se que o feito é aparentemente complexo, contendo 12 denunciados, tendo sido arroladas 11 testemunhas pelo Ministério Público, e o tempo de andamento do processo se mostra aceitável, considerando tais circunstâncias [...]"(fl. 58).*

Como se percebe, os fundamentos das decisões que mantêm a prisão

preventiva dos Pacientes, em razão da necessidade de garantia da ordem pública, não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente quando ressaltam a **gravidade concreta da conduta** – demonstrada pela quantidade e diversidade da droga apreendida e o suposto envolvimento dos Pacientes em organização criminosa responsável por um delito de homicídio, a revelar sua **periculosidade**.

Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, considera-se **idônea** a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na natureza e na quantidade de droga apreendida. Confira-se:

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DO ENCARCERAMENTO. GRAVIDADE DO DELITO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. QUANTIDADE DE ENTORPECENTE. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.*

*1. A aferição sobre a ausência de indícios de autoria demanda revolvimento fático-probatório não condizente com a angusta via do habeas corpus, devendo ser a questão dirimida no trâmite da instrução criminal.*

*2. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado, cifrada na apreensão de grande quantidade de entorpecente - 75 tijolos de maconha, totalizando 30.000 gramas -, além de petrechos relacionados ao tráfico de drogas, demonstrando a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública.*

*3. Nesse contexto, indevida a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, porque insuficientes para resguardar a ordem pública.*

*4. Ordem denegada." (HC 448.783/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; sem grifos no original.)*

Do mesmo modo, o Tribunal *a quo*, ao denegar a ordem, consignou que a marcha processual se encontra regular e que o feito é complexo, conforme se observam dos seguintes trechos do acórdão (fl. 58; sem grifos no original):

*"Quanto ao argumento de excesso de prazo, deve-se confrontá-lo com um juízo de razoabilidade, tendo em vista não ser o discurso judicial mera soma aritmética. Nessa linha, para examinar o suposto excesso de prazo imprescindível se faz levar em conta, sob a ótica*

*do princípio da razoabilidade, a i) complexidade do feito, ii) o comportamento dos litigantes e iii) a atuação do Estado-Juiz.*

***No caso, observa-se que o feito é aparentemente complexo, contendo 12 denunciados, tendo sido arroladas 11 testemunhas pelo Ministério Público, e o tempo de andamento do processo se mostra aceitável, considerando tais circunstâncias, tendo a autoridade coatora comunicado a designação de audiência para o dia 11/12/2018, de modo que não há como afirmar inequivocamente pela existência de constrangimento ilegal."***

Tais argumentos não se mostram, inicialmente, infundados; e demonstram que eventual demora no julgamento não pode, *prima facie*, ser imputada à autoridade apontada como coatora, considerando-se as peculiaridades e a complexidade do caso.

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância para que preste esclarecimentos pormenorizados acerca da tramitação do processo-crime e sobre a alegação de demora para a formação da culpa, devendo, ainda, encaminhar a chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora